

Diário do Legislativo de 14/02/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB / PTB / PSC / PHS / PMN)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Dimas Fabiano

Vice-Líder: Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Wander Borges

Vice-Líder: Chico Uejo

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO DIA

1.1 - Plenário

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/2/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Eros Biondini e Gustavo Valadares, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

João Leite, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger Presidente e Vice-Presidente e programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Paulo Cesar, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Ouvidor-Geral Adjunto do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Durval Ângelo, Gustavo Valadares e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Eros Biondini, Vanderlei Miranda e Zezé Perrella, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Bráulio Braz, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Rômulo Veneroso, Sávio Souza Cruz e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Fábio Avelar, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Gustavo Valadares, Inácio Franco e Juninho Araújo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger Presidente e Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Djalma Diniz, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Hely Tarquínio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Patrús Filho, Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo, Padre João e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Getúlio Neiva, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Ivair Nogueira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Ademir Lucas, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Delvito Alves, Gil Pereira, Gilberto Abramo, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Hely Tarquínio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia e Rosângela Reis e o Deputado Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Antônio Genaro, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Elisa Costa e Rosângela Reis e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Walter Tosta, membros

da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Zezé Perrella, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Neider Moreira, Wander Borges e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Ronaldo Magalhães, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.593

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Antônio Carlos Arantes, Gilberto Abramo e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Fábio Avelar, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Célio Moreira, Délio Malheiros e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Antônio Júlio, Presidente "ad hoc"

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Carlin Moura, Deiró Marra e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2007, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2007.

Maria Lúcia, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/2/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Jayro Lessa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a

reunião a ser realizada em 15/2/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger Presidente e Vice-Presidente e de programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.

Luiz Tadeu Leite, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Tramitação de Proposições

- O Sr. Presidente designou na 4ª Reunião Ordinária, em 13/2/2007, os membros das seguintes comissões:

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome do Sr. Agílio Monteiro Filho para o Cargo de Ouvidor-Geral Adjunto do Estado. Pelo BSD: efetivos - Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Sebastião Costa; suplentes - Deputados Domingos Sávio e Fábio Avelar. Pelo PFL: efetivo - Deputado Gustavo Valadares; suplente - Deputado Gustavo Corrêa; Pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Antônio Júlio; Pelo PT: efetivo - Deputado Durval Ângelo; suplente - Deputado Weliton Prado. Designo. Às Comissões.

Comissão de Constituição e Justiça

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Sebastião Costa

Pelo PFL: Deputado Delvito Alves

Pelo PMDB: Deputado Gilberto Abramo

Pelo PDT: Deputado Sargento Rodrigues

Pelo PV: Deputado Hely Tarquínio

Pelo PP: Deputado Gil Pereira

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Ademir Lucas e Zé Maia

Pelo PFL: Deputado Gustavo Valadares

Pelo PMDB: Deputado Adalclever Lopes

Pelo PDT: Deputado Sebastião Helvécio

Pelo PV: Deputado Délio Malheiros

Pelo PP: Deputado Dimas Fabiano

Comissão de Administração Pública

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Ademir Lucas, Domingos Sávio e Inácio Franco

Pelo PFL: Deputado Elmiro Nascimento

Pelo PMDB: Deputado Ivair Nogueira

Pelo PT: Deputado André Quintão

Pelo PSB: Deputado Chico Uejo

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Mauri Torres, Dalmo Ribeiro Silva e Luiz Humberto Carneiro

Pelo PFL: Deputado Gustavo Corrêa

Pelo PMDB: Deputado Antônio Júlio

Pelo PT: Deputada Elisa Costa

Pelo PSB: Deputado Juninho Araújo

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Ronaldo Magalhães e Neider Moreira

Pelo PT: Deputado Weliton Prado e Deputada Cecília Ferramenta

Pelo PSB: Deputado Wander Borges

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Eros Biondini e Sebastião Costa

Pelo PT: Deputados Paulo Guedes e Durval Ângelo

Pelo PSB: Deputado Doutor Rinaldo

Comissão de Cultura

Efetivos:

Pelo BSD: Deputada Gláucia Brandão e Deputado Antônio Genaro

Pelo PFL: Deputada Maria Lúcia

Pelo PV: Deputada Rosângela Reis

Pelo PP: Deputado Dimas Fabiano

Suplentes:

Pelo BSD: Deputado Dalmo Ribeiro Silva e Deputada Ana Maria Resende

Pelo PFL: Deputado Ruy Muniz

Pelo PV: Deputado Hely Tarquínio

Pelo PP: Deputado Vanderlei Jangrossi

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Walter Tosta e Célio Moreira

Pelo PMDB: Deputado Antônio Júlio

Pelo PV: Deputado Délio Malheiros

Pelo PDT: Deputado Carlos Pimenta

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Neider Moreira e Ronaldo Magalhães

Pelo PMDB: Deputado Sávio Souza Cruz

Pelo PV: Deputado Inácio Franco

Pelo PDT: Deputado Sebastião Helvécio

Comissão de Direitos Humanos

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados João Leite e Zé Maia

Pelo PFL: Deputado Ruy Muniz

Pelo PMDB: Deputado Luiz Tadeu Leite

Pelo PT: Deputado Durval Ângelo

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Djalma Diniz e Walter Tosta

Pelo PFL: Deputado Antônio Carlos Arantes

Pelo PMDB: Deputado Vandelei Miranda

Pelo PT: Deputado Weliton Prado

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Efetivos:

Pelo BSD: Deputada Ana Maria Resende

Pelo PFL: Deputada Maria Lúcia

Pelo PP: Deputado Dimas Fabiano

Pelo PSB: Deputado Deiró Marra

Pelo PCdoB: Deputado Carlin Moura

Suplentes:

Pelo BSD: Deputado Lafayette de Andrada

Pelo PFL: Deputado Ruy Muniz

Pelo PP: Deputado Gil Pereira

Pelo PSB: Deputado Wander Borges

Pelo PT: Deputado Almir Paraca

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Zé Maia e Lafayette de Andrada

Pelo PFL: Deputado Jayro Lessa

Pelo PMDB: Deputado Antônio Júlio

Pelo PT: Deputada Elisa Costa

Pelo PV: Deputado Agostinho Patrús Filho

Pelo PDT: Deputado Sebastião Helvécio

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Arlen Santiago e Célio Moreira

Pelo PFL: Deputado Antônio Carlos Arantes

Pelo PMDB: Deputado Ivair Nogueira

Pelo PT: Deputado André Quintão

Pelo PV: Deputado Rômulo Veneroso

Pelo PDT: Deputado Carlos Pimenta

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Efetivos:

Pelo BSD: Deputado Fábio Avelar

Pelo PMDB: Deputado Sávio Souza Cruz

Pelo PT: Deputado Almir Paraca

Pelo PV: Deputado Rômulo Veneroso

Pelo PSB: Deputado Wander Borges

Suplentes:

Pelo BSD: Deputado Ronaldo Magalhães

Pelo PMDB: Deputado Antônio Júlio

Pelo PT: Deputado Padre João

Pelo PV: Deputado Agostinho Patrús Filho

Pelo PSB: Deputado Deiró Marra

Comissão de Participação Popular

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Eros Biondini e João Leite

Pelo PT: Deputado André Quintão

Pelo PFL: Deputado Gustavo Valadares

Pelo PCdoB: Deputado Carlin Moura

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Fábio Avelar e Domingos Sávio

Pelo PT: Deputado Padre João

Pelo PFL: Deputado Elmiro Nascimento

Pelo PMDB: Deputado Adalclever Lopes

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Efetivos:

Pelo PFL: Deputado Antônio Carlos Arantes

Pelo PMDB: Deputado Getúlio Neiva

Pelo PT: Deputado Padre João

Pelo PP: Deputado Vanderlei Jangrossi

Pelo PSB: Deputado Chico Uejo

Suplentes:

Pelo PFL: Deputado Delvito Alves

Pelo PMDB: Deputado Gilberto Abramo

Pelo PT: Deputada Cecília Ferramenta

Pelo PP: Deputado Gil Pereira

Pelo PSB: Deputado Deiró Marra

Comissão de Redação

Efetivos:

Pelo BSD: Deputado Lafayette de Andrada e Deputada Gláucia Brandão

Pelo PMDB: Deputado Gilberto Abramo

Pelo PV: Deputado Agostinho Patrús Filho

Pelo PP: Deputado Vanderlei Jangrossi

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados João Leite e Ademir Lucas

Pelo PMDB: Deputado Antônio Júlio

Pelo PV: Deputado Rômulo Veneroso

Pelo PP: Deputado Dimas Fabiano

Comissão de Saúde

Efetivos:

Pelo BSD: Deputado Carlos Mosconi

Pelo PFL: Deputado Ruy Muniz

Pelo PV: Deputado Hely Tarquínio

Pelo PDT: Deputado Carlos Pimenta

Pelo PSB: Deputado Doutor Rinaldo

Suplentes:

Pelo BSD: Deputado Arlen Santiago

Pelo PFL: Deputado Elmiro Nascimento

Pelo PV: Deputada Rosângela Reis

Pelo PDT: Deputado Paulo Cesar

Pelo PSB: Deputado Juninho Araújo

Comissão de Segurança Pública

Efetivos:

Pelo PDT: Deputados Sargento Rodrigues e Paulo Cesar

Pelo PFL: Deputado Leonardo Moreira

Pelo PMDB: Deputado Adalclever Lopes

Pelo PV: Deputado Délio Malheiros

Suplentes:

Pelo PDT: Deputados Carlos Pimenta e Sebastião Helvécio

Pelo PFL: Deputado Jayro Lessa

Pelo PMDB: Deputado Luiz Tadeu Leite

Pelo PV: Deputado Rômulo Veneroso

Comissão do Trabalho, Previdência e da Ação Social

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Walter Tosta e Zezé Perrella

Pelo PFL: Deputado Antônio Carlos Arantes

Pelo PT: Deputada Elisa Costa

Pelo PV: Deputada Rosângela Reis

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Braúlio Braz e Carlos Mosconi

Pelo PFL: Deputada Maria Lúcia

Pelo PT: Deputado Almir Paraca

Pelo PV: Deputado Inácio Franco

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Efetivos:

Pelo BSD: Deputado Djalma Diniz

Pelo PFL: Deputado Gustavo Valadares

Pelo PT: Deputado Paulo Guedes

Pelo PP: Deputado Gil Pereira

Pelo PSB: Deputado Juninho Araújo

Suplentes:

Pelo BSD: Deputado Zezé Perrella

Pelo PFL: Deputado Gustavo Corrêa

Pelo PV: Deputado Inácio Franco

Pelo PP: Deputado Vanderlei Jangrossi

Pelo PSB: Deputado Chico Uejo

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Efetivos:

Pelo BSD: Deputados Braúlio Braz, Eros Biondini e Zezé Perrella

Pelo PMDB: Deputado Vanderlei Miranda

Pelo PT: Deputada Cecília Ferramenta

Suplentes:

Pelo BSD: Deputados Luiz Humberto Carneiro, Célio Moreira e Neider Moreira

Pelo PMDB: Deputado Getúlio Neiva

Pelo PT: Deputado Almir Paraca

Designo. Às Comissões.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/2/2007

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, primeiramente agradeço aos mais de 46 mil eleitores que me escolheram para representá-los. Agradeço, também, à bancada do PT pela indicação unânime do meu nome para ocupar a Liderança da Minoria.

Sr. Presidente, o Norte mineiro sofre, hoje, com os efeitos dos quatro meses da chuva que atinge o Estado, especialmente as cidades de São Francisco, Januária, Manga e Itacarambi, entre outras.

Nesta minha estréia como Deputado Estadual, pela primeira vez ocupando esta tribuna, coloco-me à disposição do povo norte-mineiro, especialmente das cidades de Januária e de São Francisco, os dois Municípios mais atingidos da nossa região, para que, em conjunto, implementemos as medidas necessárias para um atendimento justo aos milhares de desabrigados na região. Coloco-me, também, à disposição para, juntamente com a defesa civil nacional, procurarmos os recursos necessários a fim de amenizar o sofrimento do povo de Januária, São Francisco, Manga e toda a região ribeirinha atingida pelas chuvas dos últimos dias.

A questão de Januária é ainda mais grave, pois, além da cheia do São Francisco, que deixou centenas de desabrigados nas ilhas que cortam o Município, temos também um outro problema: o transbordamento do Rio Quebra Cumbuca, na noite de domingo para segunda-feira. Por coincidência, eu estava nesse dia em Januária e amanheci o dia lá. Para sair para Montes Claros, o meu carro quase foi invadido pelas águas que inundaram a cidade.

Pude ver de perto a situação calamitosa em que se encontra a cidade de Januária. Ocupo, assim, esta tribuna para, num esforço conjunto dos governos federal e estadual, dos nossos órgãos responsáveis, arrumarmos uma solução para a região o mais rápido possível no que se refere essa questão.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)*- Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo pela presença nesta Casa, legitimamente promovida pelo povo de Minas Gerais. Eu o conheço há tantos anos, sei do seu trabalho como Vereador da cidade de Manga, como Presidente da Associação dos Vereadores da Área Mineira da Sudene - Avams - e, principalmente, da sua garra. Portanto a Assembléia ganhou muito com sua presença aqui hoje.

Cumprimento-o, também, pelo conteúdo do seu pronunciamento, principalmente no tocante à situação difícil por que passam as cidades do Norte de Minas, de maneira muito especial Januária. Temos a honra e o prazer de dividir a representação dessa região com V. Exa. e com outros Deputados desta Casa.

Chamo a atenção do Presidente e de V. Exa. para o fato de que, na primeira reunião, solicitamos à Mesa a constituição de uma comissão especial para dar suporte aos Municípios que vêm sofrendo com as chuvas. Tal pedido já foi votado e deliberado pela Mesa.

Curiosamente, em nossa região temos uma luta histórica, homérica, contra a seca. V. Exa. ocupou com muita competência o cargo de Superintendente do DNOCS naquela região; fez um bom trabalho. Temos o costume de lutar. Sabemos até lutar contra as adversidades da seca. Então, para nós, essa questão das enchentes é algo novo, pois nunca as tivemos, a não ser em 1979. Já se vão muitos anos, e novamente o São Francisco e seus afluentes transbordam.

Acabei de falar com o Deputado André Quintão, para constituirmos urgentemente essa comissão e reunirmos órgãos como o DER e a Ruralminas, a fim de se fazerem vistorias nas estradas que estão acabadas em nossa região. Os flagelados, desabrigados da seca, estão passando fome e todo o tipo de necessidades.

Então, aproveito o pronunciamento de V. Exa., para cumprimentá-lo e pedir à Presidência que, logo após a nossa reunião ordinária, possamos constituir urgentemente essa comissão, porque, do contrário, ela não terá razão de ser. Se a comissão é especial para atender de forma urgente aos problemas causados pelas enchentes, deixar para depois fá-la-á perder o sentido. Parabéns! Será um prazer trabalharmos juntos, principalmente em temas iguais a esse.

O Deputado Paulo Guedes* - Quero agradecer ao Deputado Carlos Pimenta o aparte e parabenizá-lo pela iniciativa de solicitar a instalação de uma comissão especial, a qual terá nosso apoio e nossa solidariedade. Aproveito também para ressaltar e fazer um chamamento aos outros companheiros Deputados do Norte de Minas, para que, juntos, consigamos fazer um trabalho da união da nossa bancada com os sete Deputados da Casa, juntamente com a Deputada Elbe Brandão, que assumiu a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas, a fim de nos ajudar nessa questão.

Quero ainda aproveitar esta oportunidade para lembrar do problema das estradas do Estado, especialmente a BR-135, no trecho de Itacarambi, Manga, Montalvânia, São João das Missões, Miravânia e Juvenília. Gostaria de lembrar que, com a edição da Medida nº 82 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, essa estrada também foi incluída na estadualização. Para nós, especialmente, os Municípios os quais citei tiveram uma triste experiência, pois, há quase cinco anos, naquele trecho de Itacarambi, Manga e Montalvânia, não passa sequer uma máquina. Esse trecho ainda não foi asfaltado e, como já disse, há quase cinco anos se encontra em total abandono por parte do governo do Estado. Há uma briga judicial. Com a Medida nº 82, essa estrada foi estadualizada, mas o governo do Estado não assumiu esse trecho, apenas o que já estava pronto - Itacarambi-Januária, Januária-Montes Claros -, que está sinalizada com placas do governo do Estado. O trecho de Itacarambi, São João das Missões, Manga, Montalvânia e Juvenília encontra-se em total abandono há quase cinco anos.

Gostaria de fazer um apelo ao governo do Estado e ao governo federal. Ao final do ano passado, foi tomada uma medida pelo governo federal. Num esforço concentrado, e aqui quero destacar o papel do Deputado Federal Virgílio Guimarães, conseguimos fazer com que o DNIT realizasse uma licitação para manutenção emergencial nessa estrada. A licitação foi realizada no final do ano passado, e estamos aguardando a ordem de serviço. Preciso discutir essa questão urgentemente para que possamos encontrar um denominador comum.

Vi nos jornais ontem que o Senador Eliseu Resende está levantando a discussão da estadualização de outras rodovias. Gostaria de frisar e chamar a atenção de todos quanto ao fato de que, antes de estadualizar, precisamos discutir como funcionará essa estadualização. Não queremos que a experiência do povo de São João das Missões, Manga, Montalvânia, Miravânia e Juvenília se estenda para o restante do Estado. Por isso peço a compreensão e o apoio do DER e do DNIT para, juntos, encontrarmos uma solução urgente para a BR-135, não só para o trecho de Itacarambi-Manga-Montalvânia, mas também para o trecho que liga Montes Claros à BR-040, passando pelo trevo de Curvelo. Essa estrada também encontra-se em situação caótica, precisando urgentemente da sua completa restauração. A Associação Comercial e Industrial de Montes Claros já deu o primeiro passo, cedendo ao DNIT um projeto completo para sua estruturação. Agora esperamos que o governo do Estado e o governo federal procurem uma solução em conjunto.

Tive a boa notícia de que o Vice-Presidente José Alencar garantiu que esse trecho será colocado no PAC. É importante não deixarmos essa discussão parar por aqui. Com a resolução dos problemas da BR-135, os maiores problemas do Estado estarão solucionados. Essa é a principal BR que corta o Estado, ligando Minas Gerais à Bahia, ao Maranhão e ao Rio de Janeiro. Fica aqui esse registro para que, juntos, possamos encontrar uma solução correta para o problema das BRs do nosso Estado.

Poderíamos pegar como exemplo o programa Luz para Todos. Nesse programa, o Ministério das Minas e Energia, o governo federal e a Cemig desenvolvem uma grande parceria. Esse programa já atendeu cerca de 176 mil famílias em nosso Estado e agora abriu novas inscrições para atender mais 80 mil famílias do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste e Alto Rio Doce, até o final do ano. Que esse exemplo bem coordenado possa ajudar o DNIT e o DER a resolver o problema das nossas estradas. Não podemos ficar brigando para saber de quem é a responsabilidade, mas temos de procurar, juntos, a solução adequada para os problemas.

A nossa bancada, do PT, está à disposição para estabelecer junto com as demais um entendimento para que o governo estadual e o federal falem a mesma língua quando se tratar da questão das estradas de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aproveito que ocupo pela primeira vez, nesta legislatura, a tribuna da Assembléia Legislativa para saudar as novas Deputadas e os novos Deputados que se unem a nós nesse trabalho no Parlamento em favor do povo de Minas Gerais. Quero dar as boas-vindas a todos, sabendo que teremos pela frente um tempo de muito trabalho, em que desejo felicidades a todos. Quero saudar também a todos os que acompanham esta reunião da Assembléia, aqui e pela TV.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero tratar de alguns assuntos. Tivemos oportunidade, no final do ano, de alertar o povo de Belo Horizonte, especialmente, para algumas questões. Lamentavelmente, o que mostramos desta tribuna acabou se confirmando.

Em certo momento, entre o primeiro e o segundo turno da campanha presidencial, quando a Prefeitura liberou para as bancas e locais apropriados o talão Faixa Azul de Belo Horizonte, tivemos oportunidade de denunciar desta tribuna a existência de uma manipulação. Como a campanha não se decidiu no primeiro turno, todos os talões enviados para os postos de venda no Município foram cobertos com uma tarja. Tirando-a, vimos que haveria um aumento. Pois bem, avisamos que tal aumento viria, e veio, está aqui: 15%. Quinze por cento é o aumento do estacionamento na cidade, ou seja, aconteceu aquilo sobre o que já avisávamos ao povo. A Prefeitura aguardou o segundo turno, esperou um tempo para aumentar o estacionamento rotativo em Belo Horizonte.

O levantamento feito mostra que é mais barato estacionar em estabelecimentos particulares que nas ruas, que foram tomadas para tornarem-se uma forma de arrecadação para a Prefeitura. Essa é a situação que temos. O cidadão e a cidadã estacionam o carro, têm que pagar, mas não recebem nenhuma garantia nem têm nenhum direito se o carro é roubado. Esse cidadão hoje estará lucrando se parar em um estacionamento privado, com garantia, seguro, em vez de parar nas ruas.

As ruas, que pertencem ao povo, foram tomadas por um partido, pela Prefeitura, que agora cobra dele. Como explicar esse aumento, que já havia ocorrido? Vimos o recuo por conta de uma mudança na questão eleitoral. Todos os jornais publicaram essa notícia.

Há mais. Nas viagens que tive a oportunidade de fazer a outras Capitais, pude observar que talvez Belo Horizonte seja a Capital que tem hoje um dos piores transportes coletivos do Brasil e que é o segundo mais caro. É algo impressionante. O trabalhador e a trabalhadora de Belo Horizonte estão sofrendo e sendo penalizados com um transporte coletivo horrível e caro. É comum hoje vermos nas avenidas de Belo Horizonte pessoas, que não utilizam mais o transporte coletivo por causa do preço, o segundo mais alto do Brasil.

Vejam que não há nenhuma ação da Prefeitura de Belo Horizonte para melhorar o transporte coletivo. Prestem atenção: o tão anunciado Plano de Aceleração do Crescimento - PAC - do governo federal traz para Belo Horizonte mais 3km de linha do metrô, metrô abandonado e esquecido. O trabalhador e a trabalhadora desta Capital, que precisam do transporte coletivo, que necessitam deslocar-se para o trabalho, contam com o metrô que menos recebe recursos federais. Que situação essa em que se encontra o transporte coletivo de Belo Horizonte!

Deputada Gláucia Brandão, Deputado Délio Malheiros, há alguns anos eu quis chamar a atenção para a solução criada pela Prefeitura de Belo Horizonte para o transporte coletivo da Capital. Como Belo Horizonte não pode pagar o valor do transporte da Região Metropolitana, o que foi feito? Uma câmara de compensação tarifária só para Belo Horizonte. A Região Metropolitana foi abandonada. O morador e a moradora de Ribeirão das Neves, Contagem, Sabará ou Santa Luzia, que trabalhavam em Belo Horizonte, tiveram, a partir daquele momento, de pagar um preço maior do que o preço cobrado em Belo Horizonte. Uma contramão de tudo o que acontece no mundo. Essa é uma gestão ultrapassada, uma gestão de marcha à ré, muitas vezes conceituada como boa de serviço.

Agora, no final do ano, estourou uma dívida da Câmara de Compensação Tarifária de Belo Horizonte, não da Região Metropolitana. Houve uma negociação. Os empresários abriram mão de uma dívida de R\$500.000.000,00. É possível, Deputado Délio Malheiros?

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado João Leite, V. Exa. tem inteira razão, lembrando que Belo Horizonte tem a segunda passagem mais cara do Brasil. Mesmo assim, conseguiu gerar uma dívida, segundo a Prefeitura, para com as empresas de ônibus, de R\$500.000.000,00. A Prefeitura encaminhou esse projeto à Câmara - com o meu voto contrário, evidentemente - em que ela ia pagando as empresas de ônibus até parcelas prescritas dessa câmara de compensação. As parcelas antes de 1999 já eram controvertidas, mas já estavam prescritas. E a Prefeitura de Belo Horizonte, com a moralidade que sempre pregou, pagando aos empresários, perdendo a dívida de ISS dos empresários para com a Prefeitura, situação que ela não permite ao cidadão comum. Pois o cidadão comum que deve à Prefeitura está sujeito aos rigores da lei: à execução, à penhora dos seus bens e, às vezes, até do seu salário. Mas quando a dívida é de empresário, a Prefeitura vem com a benesse do encontro de contas, aliás o que sempre criticaram, em Minas Gerais, entre a Mendes Júnior e o Estado em 1998. Então, a Prefeitura dá essa benesse para os empresários, perdoa dívidas. E as dívidas prescritas foram pagas pela Prefeitura. Essa é a Prefeitura que conhecemos: tem a segunda passagem mais cara do Brasil e trata o devedor, quando grande empresário, com tapete vermelho. Quando se trata do pequeno devedor do IPTU, há execução fiscal, execução dos bens dos pequenos contribuintes.

V. Exa. tem inteira razão em levantar essa situação, pois, quando falamos sobre ônibus em Belo Horizonte, os empresários têm tratamento extremamente privilegiado: recebem a segunda maior passagem do Brasil e, quando devem ao Município, têm tratamento VIP. V. Exa. tem

inteira razão quando aborda esse tema.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Délio Malheiros. V.Exa. trouxe mais dados para a manifestação que fazemos da tribuna da Assembléia Legislativa. É importante sua voz, a nossa voz, em favor da trabalhadora e do trabalhador de Belo Horizonte. Nunca, na história da cidade, houve a precarização da habitação como ocorre neste momento.

Momento em que Belo Horizonte sai da Câmara de Compensação Tarifária da Região Metropolitana, colocando um preço de passagem diferenciado, o que daria uma folga para o caixa da Prefeitura, embora isso não esteja demonstrado pela dívida da Prefeitura com as empresas de ônibus, que cresce cada vez mais.

Há algo que me intriga muito nessa questão: nenhuma palavra da Prefeitura de Belo Horizonte em favor do metrô da cidade. São quatro anos de governo federal com o mesmo partido que o Prefeito, e nenhuma palavra em favor do nosso metrô para seu crescimento, para o ramal Calafate-Barreiro tão aguardado pela população de Belo Horizonte. A população do Barreiro tem de ficar dentro dos ônibus da Av. Amazonas, aonde há um apagão. Ela não anda em horário de pico, assim como o restante da cidade, que está carente há tantos anos de obras.

Hoje a obra que existe em Belo Horizonte é a do governo do Estado, a Linha Verde, que traz outra situação para o Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, há anos aguardando obras viárias. Hoje há um nó no trânsito da cidade. Ninguém anda para lugar algum. A região Centro-Sul, em determinado momento do dia, pára por falta de obras.

O Deputado Carlin Moura (em aparte) - Reforço a preocupação de V. Exa. em relação ao transporte coletivo das grandes cidades. O problema não é inerente à Capital mineira. Ele também ocorre na Capital de São Paulo. Saliento uma questão atual e pertinente que diz respeito ao transporte intermunicipal.

O transporte que liga Contagem a Belo Horizonte é um exemplo. Em Contagem, quase 70% das linhas são gerenciadas pelo DER e vivemos os mesmos problemas: altas tarifas, falta de lotações e uma câmara de compensação tarifária que também joga o preço da passagem para cima do trabalhador. O debate do transporte coletivo da Região Metropolitana deve ser ampliado. Precisamos colocar juntos Municípios e DER para resolver o grande problema do trabalhador que depende do transporte coletivo para deslocar-se. Muito obrigado, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. Falávamos sobre isso no início do pronunciamento. Temos um momento na história da Região Metropolitana, que é a saída de Belo Horizonte, em que o PT decide fazer uma câmara de compensação tarifária apenas para Belo Horizonte, esquecendo-se da Região Metropolitana, o que causou esse desequilíbrio. Parecia ser uma solução para Belo Horizonte, mas não foi, pois os empresários de ônibus, bondosamente, deixaram uma dívida de R\$500.000.000,00 que a Prefeitura de Belo Horizonte tinha para com eles.

A Região Metropolitana precisa do metrô. São Paulo já tem a Linha 4, e estamos falando de 27km de metrô em Belo Horizonte. Em Caracas, o governo federal está investindo quase 500 milhões, que já tem a Linha 4. Espero que nosso metrô chegue a Ribeirão das Neves, a Justinópolis e à região Sul de Belo Horizonte. E que a Prefeitura de Belo Horizonte levante a voz: "Presidente Lula, onde estão os recursos para o transporte coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte?". Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, caros colegas, é um prazer iniciar meu trabalho nesta tribuna. Quero comunicar que, agora, sou Deputado do PSB. Ao chegarmos, vimos a necessidade de compor uma bancada e reunimos alguns companheiros. Entre os partidos, vimos que o PSB era um partido de tradição, com sustentação e história política. Nós, quatro Deputados, compusemos a bancada do PSB junto com o Deputado Wander Borges, nosso Líder.

Gostaria também de agradecer ao Governador Aécio Neves por ter voltado atrás em uma medida que prejudicaria a região Centro-Oeste, uma vez que Divinópolis é sede da Superintendência Estadual de Fazenda. No início deste segundo mandato, seriam suspensas três superintendências por questões administrativas e economia de recursos. Em Divinópolis houve uma mobilização, em que eu e o Deputado Domingos Sávio estivemos presentes com representantes de classes e associações comerciais, para tentar evitar que a região perdesse essa superintendência. Lá esteve o Secretário Adjunto, que nos explicou que a região não teria perdas, mas que nossa superintendência seria mudada para a Grande BH. Conversei com o Deputado Domingos Sávio após essas reuniões, e decidimos que nos reuniríamos com o Secretário e o Governador. Mas, graças ao bom-senso do Governador, não precisamos chegar a esse ponto, pois voltou atrás, talvez por perceber que algum trabalho poderia ser prejudicado. E atendeu às cidades de Uberaba e Governador Valadares. As três superintendências que seriam extintas continuam fazendo parte da Secretaria de Fazenda.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado amigo, é uma alegria tê-lo como companheiro de trabalho. Trilhamos juntos a luta pelas causas públicas, fomos Vereadores em Divinópolis pelo mesmo partido e hoje fazemos parte da mesma base do governo Aécio Neves, para trabalhar por Divinópolis e região e por Minas Gerais.

Quero dar o meu testemunho de que a Assembléia Legislativa e o povo mineiro ganham com a sua presença aqui. V. Exa. não é apenas um dos profissionais de medicina mais brilhantes da nossa cidade e do Centro-Oeste mineiro, mas também um homem público que tem carisma, sensível às causas populares dos mais sofridos. Não tenho dúvida de que isso engrandecerá o nosso Parlamento e será fundamental para o trabalho que temos pela frente, ao lado do nosso Governador Aécio Neves, naturalmente buscando os benefícios que a nossa comunidade - aqueles que nos colocaram aqui - espera de todos nós.

Para nossa alegria, já começamos a trabalhar juntos. Tivemos - como V. Exa. acaba de mencionar - a oportunidade, diante do risco de Divinópolis perder a Superintendência Regional da Secretaria de Fazenda, de nos unirmos e, falando a mesma língua, sensibilizarmos o Secretário Pedro Meneguetti, que lá esteve.

Ontem me reuni com o Secretário de Fazenda, em meu nome e no de V. Exa. Para nossa alegria, mais uma vez o Governador mostrou que realmente é um grande líder, sensível, capaz de rever decisões, quando é necessário atender a nossa comunidade.

Ganhou Divinópolis, Uberaba e Governador Valadares, cidades que corriam risco da extinção dessas superintendências, e, numa análise mais apurada, detalhada, verificou-se que não haveria praticamente nenhuma economia, até porque todos os servidores são de carreira e a Superintendência funciona no mesmo prédio da AF, razão pela qual o Governador, com muita eficiência, tomou rapidamente a decisão.

V. Exa. teve papel fundamental, levando-se em conta esse espírito de trabalharmos juntos. Vamos continuar nessa direção, pois tenho a certeza de que esse posicionamento será bom para o trabalho de todos nesta Casa e principalmente para aqueles que aqui nos encaminharam.

Parabéns! Conte com a nossa solidariedade. Registro a minha alegria e o meu respeito por V. Exa.

O Deputado Doutor Rinaldo* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, pelo aparte. Confirmando que estaremos aqui para lutar pelos interesses de Minas Gerais, da região Centro-Oeste e de Divinópolis. Sempre daremos as mãos, para conseguir melhores recursos para a nossa região. Se Deus quiser, sempre contaremos com o apoio do nosso Governador. Fazemos parte da sua base de apoio e sabemos da sua capacidade. Portanto seremos cúmplices em tudo o que for bom para a nossa região.

Sr. Presidente, muito obrigado pela cessão da palavra.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bráulio Braz - Sr. Presidente, Deputado José Henrique; nobres Deputados, meus companheiros desta 16ª Legislatura; servidores; imprensa; telespectadores da TV Assembléia; meus 19 milhões de conterrâneos do nosso grande Estado de Minas Gerais.

Esta é a primeira vez que ocupo esta tribuna, afinal é também a primeira vez que exerço um cargo público. Fui eleito especialmente na região da Zona da Mata mineira - não dispensando o apoio obtido em todo o Estado de Minas Gerais.

Quero falar um pouco de mim para os meus nobres companheiros e conterrâneos. Até aqui fui empresário. Durante 39 anos, trabalhei para as empresas da nossa família, do nosso grupo empresarial. Resolvi ingressar na vida pública, considerando que o momento era propício e a nossa região da Zona da Mata mineira carecia de maior expressividade. Lá há mais de 1.500.000 eleitores, mas pouca expressividade. Os Poderes Executivos da região sentiam a diferença de não terem um elo com o governo do Estado. A nossa região está encostada na divisa com os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e, até certo ponto, estava esquecida.

Aproveitando também o momento, no Estado de Minas Gerais, com um governo sério e atuante, em que o nosso Governador, cada vez mais, aprimora-se na gestão da coisa pública, levando para junto de si excelentes colaboradores, e acompanhando de perto esse momento, pensamos que também poderíamos dedicar o nosso tempo à vida pública, fazendo o bem, cuidando mais dos interesses da sociedade e deixando um pouco de lado os interesses dos nossos negócios e da nossa família.

Quero agradecer a votação que obtive, afinal de contas foram mais de 92 mil votos, e foi a primeira vez que me candidatei a um cargo público. Consegui fazer uma proposta e conquistei excelentes companheiros, que atuaram junto comigo, acreditaram em mim e procuraram seus eleitores. Não trabalhei com muitos Prefeitos, porque a maior parte deles já estava comprometida. Procurei lideranças políticas, mostrei minha proposta - não fiz promessa, apenas mostrei minha proposta - e consegui um apoio muito grande, uma votação pulverizada, porém, mais concentrada nas cidades da Zona da Mata, como disse anteriormente. Afinal, 142 cidades compõem a Zona da Mata. Em Juiz de Fora, a nossa representatividade era muito pequena, e precisava-se de mais Deputados Estaduais na região. Estava fazendo falta para nós e para nosso povo.

Procurei as lideranças políticas, que me emprestaram seu nome, o seu trabalho e levaram até os eleitores a nossa proposta. Chegamos a esta Casa, onde queremos honrar esses votos, levando benefícios.

A minha proposta foi tentar, com o governo do Estado, investimentos para gerar emprego e renda para o nosso povo. Por que um empresário, em determinado momento da sua vida, deixa de dar mais valor a investimento privado e vem buscar investimento público? É muito simples. Como disse antes, trabalhei 39 anos como empresário.

Para citar um exemplo, em 1980 a carga tributária constituía 20% do PIB; hoje já passa de 42%. Os senhores não de convir que grande parte do dinheiro está nas mãos dos governantes. Em um Estado do tamanho de Minas Gerais, com 853 Municípios, é quase impraticável o Executivo olhar em todas as direções e enxergar todas as dificuldades e necessidades do seu povo. Para isso, nós, os 77 Deputados Estaduais, representamos aqui os mais de 19 milhões de habitantes de Minas Gerais.

Ontem, um companheiro Deputado, ocupando a tribuna, citou que temos milhares de conterrâneos em nosso Estado. Nosso Estado tem mais habitantes que muitos países. Existem países com 5 milhões de habitantes, como a Noruega; países superdesenvolvidos, como a Suécia, que possui 6,7 milhões de habitantes. Então, é muito difícil governar o nosso Estado.

Não pretendemos ficar aqui apenas quatro anos. Tenho certeza de que nenhum de vocês se elegeu Deputado Estadual por apenas quatro anos. Tenho visto vários repetirem o seu mandato ou, às vezes, galgarem posições que alguns mal-informados julgam mais importantes, como, por exemplo, Deputado Federal. O importante, neste momento, é sermos batalhadores pelo nosso povo na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e deixar de lado a importância do valor público e político.

Não pretendo apresentar propostas e projetos de imediato, entulhando a pauta desta Casa. Pretendo entender melhor quais são os projetos que poderei trabalhar junto com meus colegas e companheiros, para apoiá-los, levando esses projetos a uma solução que traga realmente benefício para o nosso povo.

Legislar e fiscalizar o Executivo. Sem pressão, precisamos fiscalizar o Executivo. Precisamos de recursos para o nosso povo, precisamos saber se a arrecadação do Estado está sendo empregada com critérios que realmente gerem benefícios para o nosso povo.

Quando disse que investimento público pode gerar emprego e renda, queria deixar bem claro que esse investimento gera emprego e renda, de imediato, quando o recurso é aplicado nas comunidades. Em seguida, são criadas condições para que haja progresso nas diversas regiões de Minas Gerais.

Estou aqui hoje pensando no desenvolvimento, na melhora de nosso Estado. Não podemos continuar acompanhando o ritmo de nosso país. Nos últimos 20 anos, o Brasil não cresceu, e Minas Gerais está inserida nesse contexto. Nosso Estado está sofrendo, em virtude da falta de crescimento econômico.

Todos tomaram conhecimento das notícias que nos chegaram ontem quanto ao aumento do desemprego em 2% de 2005 para 2006. O IBGE veio, agora no início de fevereiro, apresentar-nos esse índice, essa queda, quando esperávamos aumento no nível do emprego em nosso país, um sonho de todos nós.

Meus senhores, Sras. Deputadas presentes, a representatividade feminina deve aumentar a cada dia mais. Nesta Casa, as mulheres estão muito bem-representadas. Precisa haver incentivo às mulheres, como eu, empresário, fui incentivado a tornar-me Deputado. Minhas nobres colegas Deputadas precisam incentivar as mulheres a participar mais. Se elas hoje ocupam papel tão importante na vida social, por que não

fazê-lo também na vida pública?

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado. Saúdo o ilustre Deputado Bráulio Braz e o parabênico pelo seu primeiro brilhante discurso da tribuna desta Casa.

Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exa., que, como empresário bem-sucedido e respeitado não somente em Minas Gerais, mas também em todo o Brasil, traz a esta Casa profunda reflexão: geração de empregos. Temos de discutir profundamente esse tema, mas, para isso, precisamos refletir sobre a carga tributária que assola os empresários de Minas e do Brasil. Sabemos que, para resolver essa questão, só uma providência é possível, qual seja a reforma tributária há tempos proposta pelo governo federal e tão longamente debatida por esta Assembléia e por outros Parlamentos.

Tenho a certeza de que, pela experiência de V. Exa., como também pela de outros Deputados que para esta Casa estão trazendo sua inteligência e seu conhecimento, adquirido na vida cotidiana, poderemos fazer uma reflexão e, conseqüentemente, buscar a geração de empregos, conforme manifestado por V. Exa.

Ontem tivemos o prazer de participar do lançamento do PMDI, o novo plano de trabalho do Governador Aécio Neves, que dá continuação ao choque de gestão. Deputado Bráulio Braz, o Governador assinalou exatamente essa tônica que V. Exa. manifesta. Devemos fazer de Minas o melhor Estado para se investir.

Com esse propósito e nessa esteira de pensamento é que V. Exa. estréia brilhantemente na tribuna desta Casa. Coloco-me à disposição de V. Exa. para contribuir para esse projeto que traz a esta Casa. Vamos atrair novos investimentos e indústrias, que gerarão emprego e mais qualidade de vida para os mineiros.

Peço a Deus que abençoe seu trabalho nesta Assembléia, da mesma forma como V. Exa. e seus familiares, que, em Minas Gerais e em outros Estados da Federação, têm sido bem-sucedidos e abençoados. Parabéns.

O Deputado Bráulio Braz - Obrigado, nobre colega, pelo aparte. Falei em geração de emprego e renda, tema também tratado por V. Exa. Agora quero deixar aqui uma confissão. Sempre entendi que, como empresário, eu estava cumprindo totalmente meu papel social, ou seja, dar emprego às pessoas e pagar meus tributos; todavia, chegou um momento em minha vida em que percebi que era necessário passar para o outro lado para saber como era empregado o dinheiro, porque a carga tributária vinha aumentando a cada dia.

Quanto ao que disse o nobre Deputado, que falou das reformas tributária e política, que, aliás, precisam ser feitas, dependemos dos nobres colegas do Congresso Nacional. Dependemos especialmente do Executivo Federal, que deverá enviar a proposta para ser avaliada, corrigida e emendada, a fim de que o País avance. Em nosso país, apenas as microquestões são resolvidas. Quando se trata de uma macroquestão, as coisas não andam. Desafio meus colegas a citar algo "macro" decidido neste país, seja pelo Executivo, seja pelo Legislativo, seja pelo Judiciário. Tudo são emendas, remendos.

Não pretendemos mudar-nos daqui. Quero continuar em Minas Gerais. Nasci em Muriaé, onde moro e pretendo continuar vivendo. Lutaremos por dias melhores para o nosso povo.

Gostaria ainda de fazer um comentário. Conforme todos assistiram pela televisão, no tocante à quantidade de chuva que assolou nossa região, o momento é muito crítico. Em Muriaé houve três enchentes em janeiro, das quais duas foram recordistas no que se refere ao nível de água. A primeira delas foi ainda abastecida pela represa da mineradora Rio Pomba-Cataguases que arrebentou. Muriaé sofreu demais com isso.

Como Deputado Estadual, e não apenas como filho do Prefeito de Muriaé, quero deixar isso patente nesta tribuna. Como disse anteriormente, nasci e me criei em Muriaé. Quando era menino, cansei de brincar nas enchentes, andando de bicicleta ou de pés descalços. Na verdade, eu me divertia com as enchentes. Em Muriaé nunca contamos com a atenção do governo do Estado, como ocorre agora. Muriaé e todas as cidades vizinhas assoladas pelas violentas enchentes receberam apoio inigualável do governo estadual. Para nossa sorte, estamos recebendo também o apoio do governo federal. O Presidente estipulou uma verba de R\$181.000.000,00, para ajudar a resolver os problemas relacionados com as enchentes. Sabe-se que foram destinados R\$2.700.000,00 para Muriaé. Assim, na pessoa do Vice-Presidente José Alencar, agradecemos ao governo federal.

Caros colegas, quero fazer-lhes um agradecimento especial, visto que fui muito bem recebido nesta Casa. Sou um homem de hábitos e atitudes simples, porém sou dedicado. Agradeço-lhes, então, a maneira como me receberam aqui. Refiro-me a todos os Deputados, especialmente os mais experientes, os servidores da Casa, enfim, todos. Peço-lhes trabalharmos em parceria. Se precisarem de mim, podem contar comigo. Tenho fé em Deus em que conseguirei realizar um bom trabalho. Dedicarei um bom período da minha vida para ajudar o Estado de Minas Gerais. Agradeço-lhes tudo que fizeram por mim até agora. Vamos em frente.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, recebi ontem uma correspondência do Sr. Pompílio de Lourdes Canavez, Prefeito de Alfenas, e do Sr. Eliacim do Carmo Lourenço, Presidente da Câmara Municipal, que nos fazem um apelo. Solicitam o nosso empenho neste Parlamento para que o Governador Aécio Neves encaminhe a esta Casa um anteprojeto que redefina os salários dos Defensores Públicos.

Durante a posse do Presidente do Tribunal de Contas, nosso ex-colega Deputado Elmo Braz, por coincidência encontrei-me com a Dra. Marlene de Oliveira Neves, Defensora-Geral, cujo pleito era o mesmo, ou seja, que nos empenhemos para que a Defensoria Pública remunere seus servidores condignamente.

Fiz uma retrospectiva histórica a respeito da questão das carreiras jurídicas do Estado e constatei que, em determinado momento, as carreiras jurídicas dos Promotores, dos Defensores, dos Procuradores Fiscais e dos Procuradores da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais apresentavam o mesmo salário; todavia, o tempo foi passando, e cada um foi adquirindo sua feição. O Ministério Público tornou-se poder. Não sei se V. Exas. se lembram, mas era o Governador que nomeava e removia o Promotor, o que atualmente não ocorre pelo fato de ter-se tornado poder.

Ocorreu algo interessante nas carreiras jurídicas do Estado. O Ministério Público possui quadro e orçamento próprios. Os Procuradores Fiscais foram para a Fazenda e possuem sua remuneração própria, além de ter direito à sucumbência e de poder advogar. O mesmo ocorre com os advogados da Advocacia-Geral do Estado, que também podem advogar e receber sucumbência. E os Defensores Públicos, que defendem os pobres, o que é função do Estado, permanecem numa posição inferior.

A Dra. Marlene de Oliveira Neves, Defensora-Geral do Estado, foi inquestionável, ao dizer que não tem queixa do Governador Aécio Neves; pelo contrário, é-lhe bastante grata. Atualmente, a Defensoria também é um poder, até porque a Constituição determina isso. Possui autonomia administrativa, financeira e orçamentária, e isso se deve ao Governador Aécio Neves. Ela afirmou ainda que a nova sede é um lugar

extremamente adequado para o exercício de suas funções.

Afirmou-se que é capaz de nem haver condições de gastar o orçamento deste ano. Por outro lado, há um contra-senso no que diz respeito ao salário daqueles que defendem os pobres, que são a maioria deste Estado e do País. É uma luta desigual: de um lado, está o Ministério Público, com todo seu equipamento, recebendo no mínimo R\$19.000,00 e no máximo R\$22.000,00, e, do outro, o Defensor Público.

Pode ser Procurador do Tribunal de Contas um recém-formado, uma pessoa bem-instruída, cujo salário inicial é de R\$21.000,00, e o Defensor Público recebe em início de carreira R\$4.000,00. A diferença é muito grande.

Faço um apelo ao Governador Aécio Neves, que tem sido tão generoso e bondoso, para que analise a questão do salário dos Defensores Públicos, pois a desigualdade é grande. Os Defensores, que defendem os pobres, são só 520; e os pobres são milhares. Imaginem um grande debate, um júri, em que o Promotor, bem-equipado, com sua assessoria, que estuda e examina o caso, e cujo piso é de R\$19.000 na comarca menor, chegando a R\$22.000,00 na Capital, e o pobre do Defensor Público ganhando R\$4.000,00, sem assessoria nem nada?

Sei que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nos últimos anos, tem sido um arauto da causa da Defensoria Pública nesta Casa. Somo-me ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva e aos demais Deputados, para fazer um mutirão da solidariedade, e para que possamos sensibilizar o governo. Que não se chegue aos R\$19.000,00 ou aos R\$22.000,00, mas que haja uma melhoria. Isso pode ser feito de forma gradativa.

A diferença é muito grande. O salário inicial de um Defensor Público é de R\$4.000,00, enquanto que os Procuradores e os Promotores recebem algo em torno de R\$19.000,00, R\$21.000,00 e R\$22.000,00, para uma contenda que é muito desigual.

Que bom que eles ganhem isso, aliás, desejo que ganhem muito mais. Não sou contra. No entanto, os que trabalham com os pobres, vivem, trabalham, lutam e estudam processos, às vezes, até rumorosos, estão em uma situação muito desigual.

Então, tendo recebido essa mensagem do Prefeito de Alfenas e do Presidente da Câmara, e tendo-me encontrado com a Defensora Pública-Geral, Dra. Marlene de Oliveira Nery, foi chamada a minha atenção para essa situação. A propósito, trouxe um quadro que mostra claramente essa situação, na qual não é possível permanecer. Parece-me que Minas Gerais, em relação aos 27 Estados da Federação, é o penúltimo, portanto, com certeza, podemos dar uma melhorada nisso aí.

Agradeço ao Governador Aécio Neves o que tem feito pela Defensoria: equipamentos, autonomia administrativa, financeira e orçamentária, custeio e sede nova, mas não adianta apenas dar o material se aqueles que vão defender os mais pobres da sociedade não tiverem o mesmo tratamento dispensado a Procuradores e Promotores.

Por fim, antes de conceder aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de dizer que recebi da Associação Comunitária do Bairro Nacional, em Contagem, um apelo que procurarei encaminhar aos Correios para que examinem melhor essa situação.

A questão diz respeito ao fato de que lá foi instalado um banco postal, onde se recebe não só a correspondência, mas também o pagamento de contas de luz, água, telefone, etc. Essa agência foi recebida pelo povo com muito apreço, mas agora ela está na iminência de ser fechada. Realmente, as comunidades das regiões dos Bairros Nacional, Estrela Dalva, São Mateus, Confisco, Tijuca e outros estão vivendo uma situação delicada.

Será muito importante se os Correios fizerem uma mudança nessa situação, a fim de restabelecer o posto dos Correios e o banco postal da região do Bairro Nacional em Contagem.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Ademir Lucas. Em primeiro lugar, gostaria de saudar V. Exa., de maneira muito efusiva, pela sua longa história de vida política dedicada a Minas Gerais, como Deputado Federal e como Prefeito, e que agora, com certeza, irá engrandecer, de forma muito robusta e vigorosa, os destinos do Parlamento mineiro.

Fico feliz em ouvir V. Exa. neste momento importante do início desta legislatura, sobretudo quando V. Exa. traz a esta Casa um tema extraordinariamente importante para o Parlamento e para Minas Gerais que é a nossa amada Defensoria Pública.

Caríssimo Deputado Ademir Lucas, V. Exa. tem toda razão. Por longos anos, ou melhor, por dois mandatos consecutivos, aqui militei em favor da Defensoria Pública, lutando por sua lei orgânica, que lhe confere autonomia e independência, porque ela presta serviços aos mais necessitados de Minas Gerais.

Avançamos muito. Os Defensores e as Defensoras são verdadeiros sacerdotes na distribuição da justiça e os sementeiros da paz nas comarcas mais distantes de Minas Gerais.

O assunto que V. Exa. traz realmente merece uma atenção especial desta Casa. Caríssimo Deputado Ademir Lucas, assim como nós, tenho certeza de que V. Exa. também vai empunhar essa bandeira em favor dos salários da Defensoria Pública. Várias reuniões já foram feitas, e temos certeza de que este é um momento importante para avançarmos ainda mais na conscientização do governo quanto à faixa salarial dos nossos Defensores.

Estamos perdendo Defensores, que, cada vez mais, estão-se tornando Juizes e Promotores em outras comarcas. Antigos Defensores que, por longos anos, militam na Defensoria, só não a abandonaram por amar a Defensoria Pública de Minas Gerais, sob o comando da nossa querida Dra. Marlene Nery, do Dr. Leopoldo e do Dr. Glauco Davi, que hoje permanece ativo nas ações importantes da Defensoria.

Neste momento, vamo-nos unir e também buscar junto ao governo o que, tenho a certeza absoluta, por parte do Governador Aécio Neves não haverá de faltar, porque ele já contribuiu muito para a Defensoria. Agora, como V. Exa. manifesta, vamos buscar aumento na faixa salarial, para um maior estímulo aos que irão debruçar-se na Defensoria Pública. Parabéns a V. Exa.

Concluindo, Sr. Presidente, quero que fique bem claro que a Defensoria é grata ao Governador Aécio Neves, que lhe deu autonomia administrativa, financeira e orçamentária, além de lei orgânica - agora, ainda lhe dará uma boa sede para o exercício de suas ações jurídicas. Mas não pode ficar nessa situação de desalento e perder seus melhores quadros para as outras categorias.

Portanto, quero que fique bem claro que a Defensoria é grata ao Governador, mas seria muito interessante rediscutirmos esse assunto. A recomposição pode ocorrer ao longo dos quatro anos do governo Aécio, não precisa ser de uma vez, mas o que não pode é continuar existindo essa diferença abissal entre o Defensor Público e os demais advogados que ocupam as carreiras jurídicas do Estado. A diferença é muito grande.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/2/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando Graciela de Matos Gonçalves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Érica Cacique de Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Uejo

exonerando Debora Mendes Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Gilberto Sampaio da Fonseca do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando José Carlos Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Debora Mendes Barbosa para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Gilberto Sampaio da Fonseca para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando José Carlos Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando Penélope Dias Simões Tarquínio do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

nomeando Penélope Dias Simões Tarquínio para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Emílio Matos Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Flávia da Costa Medina Medeiros do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Manoel Viana Neto do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

exonerando Marina Abreu Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Pollyanna Leal Neiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Rodrigo Rodrigues Tavares do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Sara Paiva Corrêa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Emílio Matos Costa para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 4 horas;

nomeando Manoel Viana Neto para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Marina Abreu Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;

nomeando Nilson Antonio Dias Godinho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Pollyanna Leal Neiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Rodrigo Rodrigues Tavares para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Sara Paiva Corrêa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 2/2/2007, que nomeou Débora de Lourdes Vieira Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Mateus Vieira Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 8/2/07, que nomeou Denise Cerize Kolling para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Flávia da Costa Medina Medeiros para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Mauro Barreto Melo para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Sandra Nogueira Machado para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/2/07, que nomeou Daniel Estevão Santos Duarte para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Edson Pereira de Almeida para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PP;

nomeando Graciela de Matos Gonçalves para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete do BSD;

nomeando Gustavo Adolfo Santos Duarte para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria José Lopes Salomão para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Roberta Bhering Walter para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Roberto Carlos Freitas para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Waldis Eder Lemos de Mendonça para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2006

Objeto: aquisição de televisores, circuladores de ar, frigobar e suporte para TV e vídeo.

Pregoautes vencedores: Markoeleto Comércio de Eletrodomésticos Ltda. (lote 1) e Reifasa Comercial Ltda. (lotes 2, 3 e 4).

Belo Horizonte, 13 fevereiro de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.297/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/12/2006, na pág. 61, col. 3, onde se lê:

"Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.", leia-se:

"Art. 4º – As ações de acompanhamento, típicas de profissões regulamentadas, deverão ser exercidas por profissional legalmente habilitado.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.".